



A TRAJETÓRIA DO "CURSO DE FORMAÇÃO POLÍTICA PARA JOVENS DE ESCOLAS DO ALTO URUGUAI CATARINENSE (AMAUC)": desafios, avanços e entraves

Eduardo João Moro¹

Resumo

O “Curso de Formação Política para jovens de escolas do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC)” surge em um momento de efervescência dos debates acerca do ensino da política na escola. Por um lado, ganha força a defesa do projeto de lei que propõe a inclusão do Programa Escola Sem Partido entre as diretrizes e bases da educação nacional; por outro, surge a Frente Nacional Escola Sem Mordação, que critica severamente o que considera uma tentativa de censura aos professores. Paralelamente, tornou-se lugar-comum discutir o desinteresse dos jovens pela política, caracterizado por atitudes de apatia, indiferença, resistência e descrédito em relação à política institucionalizada. Apesar (e por causa) deste cenário que surgiu a proposta do curso, que percorreu escolas dos municípios que compõem o território da AMAUC² com o objetivo de fornecer aos discentes um arcabouço teórico sobre política, buscando despertar o interesse pelo tema e promover o exercício da cidadania. Nesse artigo busca-se relatar essa experiência, descrevendo seu planejamento, sua execução e os êxitos e obstáculos encontrados ao longo do processo.

Palavras-chave: Educação. Formação Política. Juventude.

¹ Docente no Instituto Federal Catarinense – Campus Concórdia. Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: eduardo.moro@ifc.edu.br.

² A microrregião de Concórdia, chamada de território do Alto Uruguai Catarinense, é composta por 15 municípios: Alto Bela Vista, Arabutã, Arvoredo, Concórdia, Ipira, Ipumirim, Irani, Itá, Lindóia do Sul, Paial, Peritiba, Piratuba, Presidente Castelo Branco, Seara e Xavantina. Possui uma população estimada em 146.019 habitantes, distribuídos em uma área pouco superior a três mil quilômetros quadrados. Seguindo as características da mesorregião, a maioria dos municípios é tipicamente rural, com média populacional de 8.097 habitantes. A presença da agricultura familiar é expressiva na região, já que dos 12.762 estabelecimentos agropecuários existentes, 11.521 são familiares. O PIB do território representa 4,6% em Santa Catarina, sendo 12% do PIB agrícola do estado (BRASIL, 2010).

THE PATH OF “POLITICAL FORMATION COURSE FOR STUDENTS FROM ALTO URUGUAI CATARINENSE (AMAUC)”: Challenges, improvements and hindrances

Abstract

The "Political Formation Course for young students from schools from Alto Uruguai Catarinense (AMAUC)" appears in a moment of effervescence about the teaching of politics in the school. On the one hand, the defense of the bill that proposes the inclusion of the Programa Escola Sem Partido (No-Party School Program) among the guidelines and bases of Brazilian education gains strength; on the other hand, the Frente Nacional Escola Sem Mordaça (No Gag School National Front) appears, criticizing severely what it considers to be an attempt to teacher censorship. At the same time, it became commonplace to discuss young people's lack of interest in politics, marked by attitudes of apathy, indifference, resistance and discredit related to institutionalized politics. In spite of (and because of) this scenario that the course proposal has emerged. It has gone through schools of the municipalities that make up the AMAUC territory in order to provide young students a theoretical framework on politics aiming to arouse interest in the subject and to promote the citizenship exercise. In this article we try to describe this experience, describing its planning, its execution and the successes and obstacles encountered throughout the process.

Keywords: Education. Political formation. Youth.

INTRODUÇÃO

Trata-se de um momento singular na história da nação, pois a política invadiu definitivamente o cotidiano das pessoas, nos meios de comunicação, nas redes sociais e tornou-se tema de disputa nas escolas.

Porém, percebe-se urgente o despertar do interesse público pelo tema. Por um lado, assiste-se a um debate improdutivo e despolitizado, pautado por linchamentos morais e adjetivações generalistas entre os chamados “petralhas” e “coxinhas”, posicionados, respectivamente, à esquerda e à direita do espectro político. Por outro, o Movimento Escola Sem Partido e a Frente Nacional Escola Sem Mordaça duelam acerca de uma possível doutrinação política e ideológica pela qual estaria passando o sistema de ensino brasileiro, em que professores se beneficiam da audiência cativa dos alunos em sala de aula para promoverem suas próprias preferências.

Tudo isso ocorre em meio a denúncias recorrentes da utilização de caminhos “não democráticos” de operação por parte dos políticos (tais como a corrupção, favorecimentos, acordos secretos etc.), agora rápida e frequentemente revelados graças aos avanços da tecnologia da informação.

Nesse cenário é que surgiu a proposta de um curso de formação, objetivando apresentar um conjunto de conhecimentos acerca da política, de forma a permitir ao jovem compreender a trajetória histórica e, de forma embasada, debater, questionar e desmistificar estereótipos, possibilitando, assim, o exercício pleno, crítico e consciente da cidadania e, mais especificamente, da participação política.

Mediante a aprovação da proposta em um edital de apoio a projetos de pesquisa e extensão do Instituto Federal Catarinense - Campus Concórdia³ (Edital 31/2016- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2016), o curso passou a ser executado sob coordenação do autor deste trabalho, entre março e novembro de 2017. Já nos primeiros encontros percebeu-se que adequações seriam necessárias para viabilizar a proposta. A ideia inicial de um curso composto por módulos que totalizariam 20 horas mostrou-se impraticável por algumas razões: (1) a maioria das escolas não estava disposta a ceder horas letivas para a realização dos módulos; (2) a fragmentação das horas em diversos dias tornaria as viagens demasiadamente onerosas para o campus; (3) os alunos não se mostraram dispostos a participar do curso em contratuais; e (4) os bolsistas (menores de idade) não teriam condições de participar das atividades do projeto por estarem matriculados em cursos de tempo integral.

Optou-se, assim, por sintetizar e organizar os conteúdos de modo a não ultrapassarem três horas de duração. Ou seja, o curso foi transformado em palestras, permitindo, assim, aumentar o público-alvo.

As linhas que seguem têm como objetivo relatar essa experiência, partindo de uma contextualização geral, com a apresentação das ações que antecederam e redundaram no projeto; passando para a descrição do seu planejamento e execução; chegando a uma síntese dos principais avanços e entraves encontrados ao longo do processo.

1. CONTEXTO E JUSTIFICATIVA: A POLÍTICA NA SALA DE AULA

A proposta de um curso de formação política surge em um momento de efervescência dos debates acerca do ensino da política na escola. Por um lado, ganha força o movimento

³ O Instituto Federal Catarinense (IFC) iniciou suas atividades pedagógicas como Ginásio Agrícola, ainda década de 1960, formando sua primeira turma em 1968. Em 1972, elevou-se a Ginásio Agrícola e em 1979 passou a se chamar Escola Agrotécnica Federal. No ano de 1997, a instituição adquiriu autonomia didática, disciplinar, administrativa, patrimonial e financeira, passando, finalmente, a integrar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense em 2008. Atualmente, o campus oferece três cursos técnicos integrados ao Ensino Médio (Agropecuária, Alimentos e Informática), além de cinco cursos de nível superior (Engenharia de Alimentos, Medicina Veterinária, Agronomia, Licenciatura em Matemática e Licenciatura em Física) (CONCÓRDIA, 2016).

denominado Escola Sem Partido, defensor do projeto de lei de autoria do Senador Magno Malta, do Partido da República do Espírito Santo (PR/ES), que propõe alterações nas diretrizes e bases da educação nacional⁴.

Em termos gerais, o projeto opõe-se a uma doutrinação política e ideológica pela qual estaria passando o sistema de ensino nos últimos 20 ou 30 anos, em que professores se beneficiam da audiência cativa dos alunos em sala de aula para promoverem suas próprias preferências. Esta doutrinação, por sua vez, estaria violando a liberdade de consciência e de crença dos indivíduos, assegurada pelo art. 5º, inc. VI, da Constituição Federal. Conforme a minuta de justificativa do projeto de lei, “É fato notório que professores e autores de livros didáticos vêm-se utilizando de suas aulas e de suas obras para tentar obter a adesão dos estudantes a determinadas correntes políticas e ideológicas (...)” (BRASIL, 2016, on-line).

Se aprovada, a lei tornará obrigatória a afixação de um cartaz nas salas de aula, contendo seis deveres do professor. Entre eles, destacam-se: (1) “O Professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias”; (2) “O Professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas”; (3) “Ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa - isto é, com a mesma profundidade e seriedade -, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito da matéria”; dentre outras (BRASIL, 2016, on-line).

No lado oposto está a Frente Nacional Escola Sem Mordaza, surgida em um encontro de entidades e movimentos sociais realizado em Brasília, em junho de 2016. A Frente é composta de entidades dispostas a se mobilizarem contra a aprovação do projeto de lei acima mencionado e de outros documentos propostos a partir deste nas diferentes esferas. No seu lançamento, ocorrido no prédio do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), estiveram presentes organizações das esferas municipais, estaduais, federais, públicas e privadas, mandatos parlamentares, partidos políticos, movimentos sociais etc.

⁴ Vale ressaltar que após o fechamento do artigo, no mês de novembro, o senador Magno Malta retirou o projeto de lei da tramitação no Senado. No entanto, segundo O GLOBO, a retirada se deu mediante um pedido do próprio Movimento Escola Sem Partido, que acredita na aprovação de um projeto semelhante, do deputado Erivelton Santana (PEN/BA), na Câmara dos Deputados, onde o debate ocorre em uma comissão especial. Segundo a mesma fonte, além das propostas mencionadas, outras tramitam nas Assembleias Legislativas dos estados do Rio de Janeiro, Goiás, São Paulo, Espírito Santo, Ceará, Distrito Federal e Rio Grande do Sul; bem como na Câmara de Vereadores de diversos municípios, incluindo Rio de Janeiro, São Paulo, Palmas e Curitiba (COUTO, 2018). Ou seja, a retirada do projeto de lei no Senado parece tratar-se de uma estratégia política focada na aprovação de leis com as mesmas premissas, o que mantém válidos e relevantes os debates propostos no artigo.

(ESCOLA SEM MORDAÇA, 2016).

Em termos gerais, o grupo critica a tentativa de censura aos professores e a estratégia de tornar as escolas ideologicamente conservadoras. Segundo Frigotto (2016), “(...) os arautos e mentores da ‘Escola Sem Partido’ avançam num território que historicamente desembocou na insanidade da intolerância e eliminação de seres humanos sob o nazismo, o fascismo e similares”. Para ele, a Escola Sem Partido quebra o que define a relação pedagógica e educativa: “uma relação de confiança, de solidariedade, de busca e de interpelação frente aos desafios de uma sociedade cuja promessa mais clara, para as novas gerações, é de ‘vida provisória e em suspenso’” (FRIGOTTO, 2016, on-line). Por fim, assevera que a confiança e o diálogo serão substituídos pelo estabelecimento de uma nova função para alunos, pais e mães: “dedos-duros”. Para ele, isso seria mais grave do que na ditadura civil-militar brasileira, em que os dedos-duros eram indivíduos profissionais.

No entanto, antes deste debate vir à tona e da política se tornar assunto regular entre os brasileiros, a elaboração de uma ementa e a seleção de conteúdos capazes de darem conta do desafio de ensinar política aos jovens já era discutida no Instituto Federal Catarinense - Campus Concórdia. Com base na experiência deste autor no ensino médio, ensino superior e pós-graduações, contactou-se o desconhecimento e a resistência por parte dos discentes em debater política, normalmente sob a justificativa de não haver razão para tal e por esta se resumir a corrupção. Quando incentivados, os diálogos resultantes eram pouco qualificados, baseados quase exclusivamente no que ouviam dos pais, especialmente aqueles mais envolvidos em campanhas eleitorais em seus municípios.

Diante disso, desde 2010, iniciou-se um esforço por institucionalizar o ensino da Sociologia Política e da Ciência Política nos cursos técnicos integrados ao ensino médio. O primeiro passo foi dado com a alteração dos objetivos e do ementário da disciplina de Sociologia nos terceiros anos do ensino médio, que passou a abarcar conceitos da teoria política, permitindo o planejamento de ações complementares.

A primeira delas, denominada Eleições IFC-2012, consistiu na simulação de uma eleição municipal, com duração aproximada de 60 dias. Contou com o apoio direto de professores de áreas afins e envolveu, direta e indiretamente, cerca de 300 pessoas, dentre alunos de primeiros, segundos e terceiros anos do ensino médio, discentes do ensino superior, professores e técnico-administrativos. Em termos gerais, a atividade foi dividida em: (1) formação das chapas e escolha dos partidos; (2) constituição de uma comissão eleitoral; (3) elaboração de material de

propaganda; (4) realização de debates; (5) a eleição propriamente dita (com 306 votos válidos); e (6) elaboração de relatórios das eleições após o pleito.

Vale mencionar que esta experiência foi relatada em um artigo intitulado “As eleições municipais nos corredores da escola”, premiado com a segunda colocação entre 153 relatos enviados para o “Concurso Cultural: uma nova Pedagogia para a sociedade futura”, organizado pela Fundação Antonio Meneghetti de Pesquisa Científica e Humanista Educacional e Cultural (FUNDAÇÃO ANTONIO MENEGHETTI, 2015).

Duas outras atividades merecem menção: o primeiro e o segundo Festival Curta Segunda, que envolveram mais de 100 discentes cada um deles. Foram dois festivais de filmes de curta-metragem com temas estudados na disciplina de Sociologia, objetivando revelar a percepção dos jovens acerca de questões que faziam parte de seu cotidiano. Os filmes, com duração entre cinco e 10 minutos, abordaram temáticas diversas, entre elas a política. Na primeira edição, por exemplo, um dos vídeos premiados foi “Sátira das Eleições do IFC”, uma análise crítica e bem-humorada das eleições para diretores e reitores do IFC naquele ano.

Contudo, a perspectiva de ampliar o escopo das ações e ultrapassar os muros do IFC levou a uma proposta que envolvesse a comunidade externa, culminando no Curso de Formação Política para jovens de escolas do território da AMAUC.

2. CURSO DE FORMAÇÃO: PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO

A execução do projeto teve início no dia 31 de março de 2017, ocasião em que foram distribuídas as primeiras atividades. A partir de então, semanalmente, o professor coordenador e uma equipe de três discentes⁵ passaram a se reunir por cerca de uma hora, entre os turnos matutino e vespertino. Conforme previsto em cronograma, os primeiros encontros foram destinados ao debate de obras com os conteúdos que seriam apresentados. A obra que serviu alicerce para os estudos dos discentes foi “Introdução à Sociologia Política: Política e sociedade na modernidade tardia” (2006), de autoria do professor Dr. Carlos Eduardo Sell, que, por sua vez, conduziu à leitura de autores clássicos, tais como John Locke, Karl Marx, Friedrich Hayek, dentre outros.

⁵ Todos os discentes matriculados nos cursos técnicos integrados ao ensino médio oferecidos no campus foram convidados para participar do projeto. Entre os interessados, foram escolhidos um bolsista e dois colaboradores com base nas notas obtidas nas disciplinas de Sociologia e História, bem como no envolvimento e comprometimento em sala de aula nessas mesmas disciplinas.

O conceito que orientou as reuniões foi o de ideologia, no sentido positivo⁶, considerada como aquela que “(...) designa o *genus*, ou a *species* diversamente definida, dos sistemas de crenças políticas: um conjunto de ideias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos” (BOBBIO, 1998, p. 587). Nesse sentido, os discentes foram orientados a resgatar na história os princípios e valores que deram forma às ideologias que resistem à força do tempo e têm se mantido nos manuais de política, nomeadamente: Liberalismo, Conservadorismo, Social-democracia e Socialismo. Feito isso, cada um assumiu a responsabilidade por apresentar uma ou duas correntes ideológicas, iniciando a conformação do curso.

Paralelamente às pesquisas bibliográficas e aos encontros semanais, as próprias aulas de Sociologia e História serviam de apoio, dada a existência de um projeto interdisciplinar que debatia os principais modelos de Estado da era moderna numa perspectiva dialógica entre autores, conceitos e fatos históricos, remontando a política por meio do Absolutismo, Liberalismo, Totalitarismo, Socialismo, Estado de Bem-Estar Social e Neoliberalismo.

Tendo conhecimento acerca das principais ideologias políticas, restava ainda adentrar no polêmico debate acerca das suas classificações. Nesse momento, os alunos utilizaram como fonte de informação a obra “Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política” (2011), de Norberto Bobbio, e “Esquerda e Direita: guia histórico para o século XX” (2016), de autoria de Rui Tavares. O debate em torno da divisão clássica entre esquerda, centro e direita evidenciou suas próprias limitações, estendendo o estudo para outras classificações, especialmente o Gráfico de Nolan⁷.

Por fim, por solicitação de um dos colaboradores, abriu-se espaço para a inserção de temáticas de caráter mais empírico, tais como a necessidade da tolerância no debate cotidiano e de manter-se alerta às chamadas “bolhas políticas”⁸.

⁶ No que concerne à ideologia, o uso do conceito leva a duas acepções divergentes: significado forte (ou significado negativo) e significado fraco (ou significado positivo). O significado forte foi utilizado por Karl Marx, que acreditava tratar-se de uma “(...) falsa consciência das relações de domínio entre as classes” (SELL, 2006, p. 52).

⁷ O Gráfico de Nolan (ou Diagrama de Nolan) foi criado pelo cientista político David Fraser Nolan, em 1969. O objetivo do autor foi dividir as orientações políticas em duas categorias (atividade econômica e atividade pessoal), de forma a produzir um plano cartesiano e avançar na classificação clássica de apenas uma linha.

⁸ Ocorre, sobretudo, em redes sociais, onde algoritmos ajustam os conteúdos de acordo com as preferências, comportamentos e/ou alinhamentos de um indivíduo, conferindo a sensação de que todos compartilham com suas opiniões. Para mais informações, consultar: ESTADÃO (São Paulo). *Redes sociais usam algoritmos e ajudam a formar 'bolhas políticas'*. 2016. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2016/03/27/redes-sociais-usam-algoritmos-e-ajudam-a-formar-bolhas-politicas.htm>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

O encadeamento entre as temáticas e a interação direta com o público ficaram por conta do professor coordenador, que adentrava no cenário assumindo a perspectiva de defesa das ideologias políticas. Em outros termos, ao fim da exposição teórica do Socialismo, por exemplo, o professor interpretava o personagem Carlos, defensor incontestemente daquela ideologia política, repetindo a mesma dinâmica com João (liberal), Francisco (social-democrata) e Edmundo (conservador).

Essa opção se deu para permitir explorar as facetas das ideologias políticas sem nenhum tipo de associação com as opiniões pessoais do professor ou de algum membro da equipe, além de permitir ao público-alvo ter visão ampla e isenta, ficando a cargo de cada um escolher a ideologia política mais aprazível.

A fim de promover coerência e fortalecer a imparcialidade, os diferentes personagens dispuseram do mesmo tempo e seguiram a mesma sequência argumentativa: (1) apresentação do personagem; (2) características da ideologia defendida; (3) apresentação dos principais expoentes; (4) crítica aos antagonistas; (5) resgate de exemplos históricos para sustentar as argumentações; e (6) exemplos práticos cotidianos em que a ideologia poderia favorecer a vida dos interlocutores.

Por fim, vale considerar que, finalizada a escolha dos temas e a estruturação das palestras, foram organizados slides para contribuir a apreensão dos conteúdos. Foram elaborados dois conjuntos de slides, apresentados simultaneamente. No projetor principal estavam os conteúdos organizados em tópicos, enquanto em um projetor secundário eram apresentadas as imagens dos autores no momento em que seus nomes eram mencionados.

Feito isso, o Curso passou para um segundo estágio: a busca de escolas interessadas em recebê-lo. Um levantamento realizado pela equipe resultou em uma lista com mais de 30 escolas com turmas de terceiro ano do ensino médio⁹, para as quais foi enviado um e-mail explicando a natureza do projeto e oferecendo o curso. Frente à ausência de respostas, novos e-mails foram enviados, desta vez destacando o caráter da gratuidade e enfatizando que a equipe se deslocaria até a escola, sem oneração. Transcorridos alguns meses, apenas quatro escolas responderam, dando início aos agendamentos e às visitas.

A primeira apresentação ocorreu no próprio campus, reunindo cerca de 180 alunos em uma sessão de pouco mais de 60 minutos. Esta serviu para familiarizar a equipe às dinâmicas do curso e como uma prestação de contas do que havia sido produzido e do que seria apresentado nas escolas do território. Na mesma semana, em seis de julho, a equipe se deslocou ao município de

⁹ Levando em conta os conteúdos selecionados, o perfil dos bolsistas e a demanda no território, o público-alvo delimitado foi o jovem cursando o terceiro ano do ensino médio. Nessa escolha considerou-se também a contribuição dos debates em provas de vestibular e do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Arabutá (12 km do campus). Naquele dia foram realizadas duas sessões: uma no período da manhã, reunindo cerca de 70 alunos no auditório da Prefeitura Municipal, e outra no período da tarde, no mesmo local, porém com um público de cerca de 30 discentes.

No dia 10 de agosto, a equipe esteve em Tamanduá, comunidade rural do município de Concórdia (28 km do campus). Reunidos no ginásio de esportes da escola, 19 alunos assistiram a apresentação que iniciou às 13 horas e 30 minutos e encerrou no horário do intervalo, às 15 horas. Após sete dias uma nova sessão foi realizada no município de Irani (50 km do campus). Na ocasião, a escola possuía apenas uma turma de 13 alunos no terceiro ano do ensino médio, presentes em uma apresentação que durou cerca de três horas.

Já no mês de setembro, no dia 22, a equipe seguiu para o município de Itá (36 km do campus), apresentando-se para 19 alunos durante cerca de 120 minutos. Por fim, em 28 de outubro, no município de Chapecó¹⁰ (73 km do campus), ocorreu a última apresentação. Reunidos no auditório do colégio, cerca de 60 jovens assistiram a apresentação que durou pouco mais de duas horas.

Em termos gerais, as palestras mencionadas seguiram uma dinâmica similar:

- ✓ *Professor orientador* (PO): apresentação do projeto e uma introdução acerca da importância da política na vida dos indivíduos;
- ✓ *Bolsista e colaboradores* (BC): apresentação dos conceitos de ideologia e de ideologia política;
- ✓ BC: apresentação das quatro principais correntes ideológicas, resgatando suas origens, os principais expoentes e as experiências práticas ocorridas ao longo da história;
- ✓ PO: interpretação de personagens defensores de cada uma das correntes ideológicas, interagindo com os discentes a fim de provocá-los a pensar qualidades e limitações de cada perspectiva;
- ✓ BC: explanação acerca dos diferentes modelos de espectro político e como cada ideologia política se classifica;
- ✓ BC: debate sobre a emergência da “bolha social”, alertando para a necessidade de se conhecer as perspectivas políticas e buscar fontes de informação diversificadas e confiáveis;
- ✓ PO: respostas a eventuais perguntas e encerramento.

Vale mencionar ainda que nesse ínterim o professor orientador foi convidado a replicar as palestras em duas universidades. A primeira ocorreu no dia 18 de agosto, quando 38 acadêmicos

¹⁰ Nesse caso, o contato não foi realizado em resposta aos e-mails enviados. A equipe foi convidada a visitar o colégio por uma professora que conheceu o trabalho via Facebook.

do curso de Direito da Universidade do Contestado (UNC) estiveram reunidos no auditório do bloco de Ciências Jurídicas para assistirem à palestra que durou cerca de 120 minutos. A segunda ocorreu no dia 18 de outubro, na II Mostra de Direito, Arte e Literatura, promovida pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), quando cerca de 150 alunos estiveram reunidos no auditório Afonso Dresch para uma palestra com cerca de 180 minutos.

3. DESAFIOS, AVANÇOS E ENTRAVES

A parte final do artigo está organizada de forma a apresentar alguns resultados, passando pela revisão e avaliação crítica das ações mediante os objetivos e os resultados inicialmente traçados, culminando na perspectiva de continuidade do projeto para o próximo ano.

Entre os resultados, pode-se destacar:

- ✓ As leituras realizadas pela equipe incentivaram dos alunos a escrever sobre o tema, resultando em uma coluna publicada no site “Filosofia do Cotidiano”, acessada em <http://filosofiadocotidiano.org/ideologia-politica/>.
- ✓ O desempenho dos discentes envolvidos no projeto teve uma sensível melhora nas disciplinas de Sociologia e História, perceptível tanto em avaliações como no envolvimento em atividades desenvolvidas dentro e fora da sala de aula.
- ✓ Ainda na fase de preparação, a equipe criou uma página no Facebook, intitulada “Formação Política” (@formacaopoliticaifc). Nela foram reunidas informações e fotos das apresentações, bem como notícias, vídeos e indicações de materiais acerca da política no Brasil e no mundo. A página permanece ativa, recebendo contribuições periódicas.
- ✓ Os resultados parciais do curso foram apresentados pelos discentes na VII Mostra de Iniciação Científica (MIC), realizada no IFC - Campus Concórdia. Na ocasião, o trabalho recebeu o prêmio de destaque na modalidade “comunicação oral - área das Ciências Humanas”, classificando-se, assim, para representar o campus na X Mostra Nacional de Iniciação Científica e Tecnológica Interdisciplinar (MICTI).
- ✓ Na X MICTI, o trabalho foi premiado com a segunda colocação na categoria “Direitos Humanos e Justiça”.

Com base nos objetivos¹¹ e nos resultados¹² descritos no projeto aprovado por edital, é possível concluir o artigo trazendo os principais avanços e entraves. Em termos gerais, o curso foi

¹¹ *Objetivo geral:* oferecer um curso de formação política para jovens das escolas do território do Alto Uruguai Catarinense, fornecendo arcabouço teórico sobre política, buscando despertar o interesse pelo tema, e, a partir

oferecido com base em um arcabouço teórico bastante consistente. Infelizmente, a ideia inicial de módulos de um curso teve de ser substituída por palestras mais breves, restringindo a quantidade e a qualidade de informações transmitidas. Em contrapartida, o alcance previsto de 30 discentes pode ser elevado a mais de 350.

Entre os resultados esperados estava o atendimento de um número considerável de escolas. Nesse aspecto, ficou abaixo das expectativas. Uma das hipóteses que explica o baixo retorno das escolas tem como base depoimentos de coordenadores e professores visitados. Segundo eles, havia uma grande preocupação em receber um curso de política, podendo tratar-se de campanha de algum candidato e/ou propaganda partidária travestida de conteúdo acadêmico. Ou seja, o receio do que seria apresentado pode ter levado escolas a não aceitar as palestras.

Além disso, chamou atenção o número de vezes em que foi perguntado o que estava sendo vendido, em clara alusão a livros, apostilas, DVDs e outros itens que são frequentemente oferecidos como “complemento”. Percebeu-se, portanto, dificuldade em convencer o público-alvo de que as atividades oferecidas eram, de fato, gratuitas e de que não havia nenhum interesse financeiro envolvido. Este é outro motivo que pode ter levado ao baixo retorno por parte das escolas.

A procura pela página do Facebook, os comentários e as avaliações do curso levam a crer que houve o aumento do interesse pelo tema, embora fosse mencionada com frequência a dificuldade em apreender todo o conteúdo, na maioria das vezes sob a justificativa do ineditismo daqueles temas na formação dos jovens.

Por fim, acerca do prosseguimento das ações, em 2018 pretende-se ampliar o público-alvo. Considerando somente o município de Concórdia, são cinco instituições de ensino superior, havendo demanda para que o projeto seja estendido às faculdades e universidades da região.

Acredita-se, portanto, que essa foi uma primeira experiência, e que os resultados apresentados aqui servirão de matéria-prima para o aprimoramento e a ampliação do projeto.

daí, a promoção do exercício da cidadania e, mais especificamente, da participação política. *Objetivos Específicos:* (1) possibilitar aos participantes compreender e aplicar a conhecimento sobre política em suas experiências cotidianas; (2) fornecer subsídios para o participante realizar análises críticas, fundamentadas e independentes da situação política nos variados âmbitos; e (3) possibilitar às jovens lideranças fundamentar e qualificar suas condutas em âmbito político nos diversos cargos que ocupam nas instituições de ensino que frequentam.

¹² *Resultados esperados:* (1) atender um número considerável de escolas entre os 15 municípios que compõem o território do Alto Uruguai Catarinense; (2) que um número significativo de jovens possa participar de, pelo menos, um dos módulos do Curso de Formação Política; (3) despertar o interesse dos jovens pela política; e (4) incentivar o surgimento de lideranças que possam assumir cargos dentro e fora da vida estudantil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso. Senado. Projeto de Lei nº 193, de 2016. Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o "Programa Escola sem Partido". *Projeto de Lei do Senado Nº 193, de 2016*. Brasília. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125666>>. Acesso em: 26 nov. 2016.

BRASIL. Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT. *TERRITÓRIO DO ALTO URUGUAI CATARINENSE*: Plano Territorial de Desenvolvimento Territorial Sustentável - PTDRS. 2010. 67 p. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio009.pdf>. Acesso em: 11 out. 2017.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*: Vol. 1. 11. ed. Brasília: Editora da UNB, 1998, 1330 p.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda*: razões e significados de uma distinção política. 3. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011. 191 p.

CONCÓRDIA. Instituto Federal Catarinense - Campus Concórdia. *Histórico*. 2016. Disponível em: <<http://concordia.ifc.edu.br/institucional/historico/>>. Acesso em: 06 dez. 2017.

COUTO, Marlen. *Magno Malta retira de tramitação no Senado projeto do Escola Sem Partido*: Proposta seria debatida nesta terça-feira e poderia ser votada na Comissão de Educação, Cultura e Esporte. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/magno-malta-retira-de-tramitacao-no-senado-projeto-do-escola-sem-partido-22092617>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

ESCOLA SEM MORDAÇA (Brasil). *O que é a Frente?* 2016. Disponível em: <<http://escolasemmordaca.org.br/o-que-e-a-frente/>>. Acesso em: 26 nov. 2016.

FRIGOTTO, Graudêncio. *“Escola sem partido”*: imposição da mordaca aos educadores. 2016. Disponível em: <<https://espacoacademico.wordpress.com/2016/06/29/escola-sem-partido-imposicao-da-mordaca-aos-educadores/>>. Acesso em: 26 nov. 2016.

FUNDAÇÃO ANTONIO MENEGHETTI (Brasil). *Uma nova pedagogia para a sociedade futura*: BOLETIM INFORMATIVO - outubro 2014. 2014. Disponível em: <<http://www.fundacaoantoniomeneghetti.org.br/congresso/uma-nova-pedagogia-para-a-sociedade-futura>>. Acesso em: 26 nov. 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Estado). Edital nº 31, de 10 de novembro de 2006. Dispõe sobre as normas e critérios de seleção de projetos que receberão apoio e incentivo à pesquisa e à extensão do ensino médio, técnico e graduação do Instituto Federal Catarinense - Campus Concórdia. *Edital*. Concórdia, SC, Disponível em: <<http://editais.concordia.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/3/2016/11/Edital-31-2016.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2017.

SELL, Carlos Eduardo. *Introdução à Sociologia Política: Política e sociedade na modernidade tardia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

TAVARES. Rui. *Esquerda e Direita: Guia histórico para o século XXI*. Rio de Janeiro: Tinta da China Brasil, 2016.

APÊNDICES

Imagem 1- Sessão realizada no município de Ararutã



Fonte: Do autor.

Imagem 2 - sessão realizada no IFC - Campus Concórdia



Fonte: Do autor.

COMO REFERENCIAR ESTE TEXTO

MORO, Eduardo. A trajetória do "curso de formação política para jovens de escolas do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC)": desafios, avanços e entraves. *Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais*. v.1, n.2, p.110-123, 2017.

Recebido em: 21 de dez. 2017

Avaliador 1: 24 de dez. 2017

Avaliador 2: 01 de jan. 2018

Aceito em: 19 de jan. 2018